§1º O término da sessão do Plenário Virtual poderá ser prorrogado, mediante despacho da Presidência, sempre que houver problema técnico de indisponibilidade dos sistemas informatizados que impeça ou dificulte a sua realização.

§2º A sessão do Plenário Virtual terá pauta própria e específica e será publicada no portal do TCE/PA na rede mundial de computadores, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis do seu início.

§3º Os responsáveis, interessados ou seus procuradores poderão solicitar, por meio de petição protocolizada até 1 (um) dia útil antes do início da sessão, a retirada de pauta do processo inscrito para julgamento no Plenário Virtual, sendo o referido processo inserido na primeira pauta desimpedida da sessão ordinária presencial ou por videoconferência.

§4º Poderão ser incluídos na pauta do Plenário Virtual os processos das classes previstas no art. 50, incisos II, III, VII e IX deste regimento, sempre que o relatório técnico e o parecer do Ministério Público não indicarem denegação de registro, irregularidade, inconformidade, ressalva e/ou aplicação de sanção e o voto ou proposta de decisão do relator acompanhar tais manifestações.

§5º O gabinete do relator, ao remeter processo para a secretaria geral que se enquadre nos termos do §4º deste artigo, deverá obrigatoriamente indicar no campo "motivo" do sistema de tramitação processual a opção "inclusão em pauta do Plenário Virtual".

§6º Para que o processo seja incluído na pauta do Plenário Virtual, o relatório e o voto ou proposta de decisão do Relator precisam necessariamente ser inseridos no sistema de tramitação processual antes da remessa à Secretaria Geral, devidamente assinados, sendo disponibilizados para visualização no sistema e-TCE e liberados para consulta pública após o encerramento da sessão do Plenário Virtual se considerado julgado, nos termos do §9º deste artigo.

§7º O impedimento ou suspeição deve ser registrado eletronicamente, preferencialmente antes do início da sessão do Plenário Virtual.

§8º A presença dos membros, para fins de aferição de quórum, e do representante do Ministério Público de Contas nas sessões do Plenário Virtual será registrada na forma eletrônica, por meio de sua autenticação com certificação digital no acesso ao sistema e em cada um dos processos em pauta, no momento de aposição de voto.

§9º Ao final da sessão do Plenário Virtual, o processo será considerado julgado se receber pelo menos 4 (quatro) votos favoráveis e não for retirado de pauta, que ocorre quando:

I- suscitada a intenção de divergência por qualquer julgador;
II- arguida a necessidade de melhores estudos; ou
III- o procurador do Ministério Público de Contas solicitar destaque da matéria.

§10 Os processos retirados da pauta do Plenário Virtual nas hipóteses previstas nos incisos I a III do §9º deste artigo serão incluídos na pauta da primeira sessão ordinária desimpedida presencial ou por videoconferência, na qual será reiniciado o rito do julgamento.

§11 O processo que, ao término da sessão do Plenário Virtual, não obtiver 4 (quatro) votos favoráveis e não for retirado de pauta nos termos dos incisos I a III do §9º deste artigo, será reincluído na pauta da primeira sessão desimpedida do Plenário Virtual.

§12 Concluída a sessão do Plenário Virtual, o resultado do julgamento de cada processo será incluído, de forma automática, no respectivo sistema de tramitação processual, sendo de responsabilidade da Secretaria Geral a publicação do extrato ou resumo de julgamentos no portal do TCE na rede mundial de computadores e a lavratura do respectivo acórdão para os processos apreciados e julgados. (AC)

*(Art. 165-B acrescentado pelo Ato nº 84 de 27.04.2022)

Art. 166. As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, de ofício, ou por proposta de Conselheiro, devendo tal convocação ser feita com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, e terão os seguintes fins:

I - apreciação das contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado;
II - elaboração da lista tríplice dos Auditores, para preenchimento de cargo de Conselheiro;
III - apreciação de questões de alta indagação;
IV - outros eventos, a critério do Tribunal Pleno.

§ 1º O Tribunal Pleno poderá realizar sessões extraordinárias de caráter reservado para tratar de:

I - assuntos de natureza administrativa interna;
II - casos determinados em lei nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado pelo sigilo não prejudique o interesse público à informação;
III - apreciação ou julgamento de processos que derem entrada ou se formarem no Tribunal com chancela de sigiloso.

§ 2º Participarão das sessões reservadas apenas os Conselheiros, os Auditores, o representante do Ministério Público de Contas, o Secretário e, quando for o caso, pessoas expressamente admitidas a critério do Tribunal Pleno.

§ 3º Os documentos com a nota "reservado" tramitam em sigilo e serão encaminhados ao Tribunal Pleno pelo Presidente ou Relator.

§ 4º As deliberações tomadas pelo Tribunal Pleno sobre a matéria referida no § 1º deste artigo constarão de ata especial que será mantida em sigilo.

§ 5º A ciência das deliberações referidas no parágrafo anterior será dada mediante expediente com a nota "reservado".

Art. 167. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente e terão por objeto:

I - posse de Conselheiro, do Presidente, do Vice-Presidente e do Conselheiro Corregedor;
II - posse de Auditor;
III - prática de atos de caráter cívico ou cultural;
IV - outras homenagens a critério do Tribunal Pleno.

Art. 168. É obrigatória a participação de, pelo menos, 4 (quatro) Conselheiros em condições de votar, para que o Tribunal Pleno se reúna e delibere sobre os processos em pauta ou a respeito de qualquer assunto

submetido à decisão do Colegiado. (NR)

*(caput do art. 168 com redação alterada pelo Ato nº 81 de 23.04.2020)
Parágrafo único. Além das hipóteses previstas neste Regimento, serão convocados Auditores para completar o quórum necessário aos serviços do Tribunal Pleno sempre que, por falta ou impedimento, não houver número legal, podendo essa convocação ser feita na ocasião da realização da sessão. Art. 169. Os trabalhos nas sessões ordinárias presenciais ou por videoconferência obedecerão à seguinte ordem, salvo quando outra for fixada: (NR)

*(Caput do art. 169 com redação alterada pelo Ato nº 84 de 27.04.2022)

I - verificação do número de Conselheiros presentes;
II - verificação da presença dos Auditores;
III - verificação da presença do representante do Ministério Público de Contas;
IV - abertura;
V - leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;
VI - leitura do expediente;
VII - julgamentos;
VIII - apreciação de matéria administrativa;
IX - concessão da palavra aos Conselheiros, aos Auditores e ao representante do Ministério Público de Contas;
X - encerramento.

Parágrafo único. A leitura da ata poderá ser dispensada, caso a mesma seja disponibilizada por meio eletrônico ou cópia, antes da sessão, aos Conselheiros, Auditores e representante do Ministério Público de Contas.

Art. 170. A ata da sessão presencial ou por videoconferência será elaborada pela Secretaria Geral, dela constando: (NR)

*(Caput do art. 170 com redação alterada pelo Ato nº 84 de 27.04.2022)

I - o dia, mês e ano, bem como a hora da abertura e encerramento da sessão;

II - o nome do Conselheiro que presidiu a sessão e do Secretário;

III - os nomes dos Conselheiros, Auditores e representante do Ministério Público de Contas, presentes;

IV - os nomes dos Conselheiros e dos Auditores que não compareceram e o motivo da ausência;

V - o expediente;

VI - todas as decisões proferidas, acompanhadas dos correspondentes votos;

VII - matéria administrativa;

VIII - as demais ocorrências.

Parágrafo único. Nas sessões do Plenário Virtual, a ata da sessão será substituída pelo extrato ou resumo de julgamentos em meio eletrônico a ser publicado no portal do TCE/PA. (AC)

*(Parágrafo único do art. 169 acrescentado pelo Ato nº 84 de 27.04.2022)

Art. 171. Aprovada a ata, passar-se-á ao expediente que for de interesse do Tribunal Pleno.

Parágrafo único. As atas serão aprovadas na sessão ordinária seguinte, exceto em casos especiais devidamente justificados ao Tribunal Pleno, quando ficará adiada sua aprovação por até 3 (três) sessões.

Art. 172. Na apreciação de matéria administrativa, aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 177 a 188.

§ 1º As matérias administrativas sujeitas à deliberação do Tribunal Pleno serão discutidas e votadas somente a partir da sessão seguinte àquela na qual tenham sido apresentadas, salvo quando os Conselheiros se derem por esclarecidos, ocasião em que poderão ser aprovadas na mesma sessão.

§ 2º Em caso de urgência, a matéria administrativa poderá ser votada na mesma sessão em que for apresentada, desde que assim decida a maioria dos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO II

PAUTA DE JULGAMENTOS

Art. 173. A pauta de julgamentos será organizada pela Secretaria, sob a supervisão do Presidente.

Art. 174. Os Conselheiros e os Auditores encaminharão à Secretaria Geral os processos relatados, a fim de ser elaborada a pauta de julgamentos, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis antes da respectiva sessão, se for presencial ou por videoconferência, e de 7 (sete) dias úteis, se for do Plenário Virtual. (NR)

*(Art. 174 com redação alterada pelo Ato nº 84 de 27.04.2022)

Art. 175. A pauta será publicada no Diário Oficial do Estado ou no sítio do Tribunal na rede mundial de computadores com antecedência mínima de 1 (um) dia útil do início da sessão, se for presencial ou por videoconferência, e de 5 (cinco) dias úteis, se for do Plenário Virtual. (NR)

*(Art. 175 com redação alterada pelo Ato nº 84 de 27.04.2022)

Art. 176. Os processos que não tiverem sido julgados na mesma sessão permanecerão em pauta, conservando a ordem, com preferência sobre os demais, para julgamento nas sessões seguintes.

CAPÍTULO III

JULGAMENTOS

Art. 177. Nas sessões ordinárias presenciais ou por videoconferência do Tribunal Pleno, a apreciação dos processos observará a seguinte ordem: (NR)

*(Caput do art. 177 com redação alterada pelo Ato nº 84 de 27.04.2022)

I - processos constantes da pauta adiada, quando houver;

II - processos constantes da pauta do dia;

III - matérias extra-pauta.

§ 1º A ordem prevista no caput deste artigo poderá ser invertida, a critério do Presidente ou por solicitação de Conselheiro ou Auditor Relator, por motivo relevante ou conveniência do serviço.

§ 2º Nas sessões presenciais, até 30 (trinta) minutos antes do início, o responsável, o interessado ou o procurador que tenha interesse em produzir sustentação oral presencialmente deverá dirigir-se ao Secretário para requerer ao Presidente, procedendo-se a inversão da pauta de julgamentos na respectiva ordem de inscrição. (NR)

§ 3º Nas sessões presenciais e nas realizadas por videoconferência, o responsável, o interessado ou o procurador que tenha interesse em produzir sustentação oral nos termos do §5º do art. 261, deverá, em até 2 (dois)